

MELATTI, Julio Cesar — *Índios e Criadores: a situação dos Krahó na área Pastoril do Tocantins*. Rio de Janeiro, ed. do Inst. de Ciências Sociais da Univ. Federal do Rio de Janeiro, 1967, 166 p., ilus., mapas.

O presente trabalho tem como objetivo "examinar as relações de contacto entre os índios Krahó, que constituem o grupo mais meridional dos Timbira, e os civilizados" ... (p. 9). Para a sua elaboração foram realizadas pesquisas de campo junto aos Krahó e sociedade regional, representada pelos núcleos urbanos da região periférica da Craolândia, bem como pesquisa em fontes bibliográficas.

O Autor trata em "Nota Introdutoria" da linha teórica utilizada no trabalho, que foi baseada na noção de fricção interétnica de Roberto Cardoso de Oliveira. Após criticar esta noção, aproveita deste conceito apenas a idéia de "um estudo da situação, tomada como 'totalidade sincrética'" ... (p. 12).

No primeiro capítulo focaliza historicamente a situação de contacto entre os Krahó e os criadores de gado, não de uma perspectiva de um contacto histórico-factual, mas dando ênfase às características sócio-económicas (ocupação da terra, mão-de-obra, ascenção social) da área pastoril, suas relações com a área agrícola e a reação indígena em relação a essa penetração em seu território.

Em seguida trata da estrutura da sociedade indígena, apoiado em dados atuais conseguidos com a pesquisa de campo, visto que as fontes bibliográficas poucas referências a ela fazem, pois a estrutura pouco mudou nestes 150 anos de contacto. Descreve o sistema social Krahó: divisão das aldeias, alimentação, *estrutura social* (as metades, o grupo familiar elementar, o sistema de parentesco, a *chefia*, etc.). Dá ênfase ao sistema de parentesco para podermos entender nos capítulos que se seguem certas manifestações recentes dos Krahó, como, por exemplo, a vontade de viajar para os grandes centros urbanos (presentes para os parentes da espôsa).

Nos dois últimos capítulos, ele tenta mostrar o relacionamento, na atualidade, entre os dois sistemas sócio-económicos (o indígena e o regional) e como as contradições entre eles se refletem nas representações que os membros de cada sistema fazem do outro, justificando-se em estereótipos o seu comportamento. Primeiramente, focaliza as representações que os membros da sociedade pastoril fazem dos Krahó, mostrando os estereótipos em que eles se apoiam para justificar as suas reivindicações, principalmente, no que se refere à posse da terra. Para isto nos mostra também as transformações que este segmento da sociedade vem sofrendo com a transformação de uma frente pastoril nômade para um estado económico que tende a se fixar. Em relação à sociedade tribal, ele mostra o conceito que os Krahó fazem de índio em geral, de Krahó e dos brancos, deixando bem claro como os Krahó se utilizam do conceito de índio para proveito próprio: posse da terra, furto de gado, viagens para os grandes centros urbanos.

Em resumo, o Autor deixa bem claro em seu trabalho como dois sistemas sócio-económicos diferentes e contraditórios subsistem paralelamente numa mesma região pelas necessidades que existem entre eles: "os sertanejos necessitam das terras indígenas e os Krahó necessitam dos produtos dos civilizados" ... (p. 158).

— CRISTINA ARGENTON COLONELLI

DEAN, Warren. *The Industrialization of São Paulo. 1880-1945*. The University of Texas Press, Austin & Londres, 1969. 263 p.

Se o interesse pela América Latina tem de ha muito atraído a atenção dos estudiosos dos Estados Unidos, só recentemente, particularmente após a Segunda Guerra Mundial, voltaram eles suas vistas para as peculiaridades do Brasil dife-

renciando-o dos demais países ibero-americanos. Vasculhando nossos arquivos, microfilmando nossos documentos têm produzido alguns trabalhos de real valor sobre nossa história.

O período nacional, em seus aspectos econômicos e sociais, tem sido particularmente bem aquinhoados. Mereceu dois estudos importantes de Stanley J. Stein — a magnífica e exemplar monografia sobre uma comunidade cafeeira, típica do Vale do Parába no século XIX, Vassouras, e uma aprofundada análise de nossa indústria têxtil, de 1850 a 1950. Tivemos, a seguir, a tentativa de Richard Graham esquadrinhando com proficiência a contribuição inglesa para a nossa modernização. E mais recentemente o trabalho de Warren Dean sobre a industrialização de São Paulo, objeto de nossos comentários, e onde o autor procura entender o que considera uma singularidade no mundo subdesenvolvido.

Num capítulo introdutorio, o autor verifica as relações entre a expansão da lavoura cafeeira e a industrialização de São Paulo, concluindo que, se aquela foi indubitablemente responsável pela formação de um mercado inicial para as manufaturas paulistas, seu papel tornou-se, porém, posteriormente, cada vez menos significativo no desenvolvimento industrial de São Paulo. Quais os fatores desse desenvolvimento subsequente?

W. Dean centraliza suas explicações nas decisões de nível empresarial que teriam sido "a causa" da industrialização paulista. Numa primeira parte que abrange o período de 1880 a 1914, trata das origens sociais e econômicas dos empresários. A segunda (1914-1930) aborda as circunstâncias históricas e a estrutura dos negócios, particularmente do comércio exterior para verificar suas relações com o crescimento industrial. Em ambas as partes os industriais são tomados como um grupo que pouco a pouco se afirma e se opõe a outros setores econômicos da sociedade brasileira. Esse conflito torna-se o cerne da terceira parte onde o autor analisa a atitude dos industriais em relação ao operariado, à classe média e ao consumidor, em geral. No período de entre guerras aborda a ação governamental e suas relações com o grupo empresarial. Mas o autor insiste no aspecto essencialmente sociológico da perspectiva histórica de sua obra, salientando, em particular, as injunções impostas à atuação dos industriais paulistas por uma sociedade estruturalmente autoritária, observação que consideramos de capital importância para o entendimento dos problemas brasileiros.

Há ainda outras contribuições relevantes para o conhecimento do processo de industrialização de São Paulo. Gostaríamos de ressaltar, em primeiro lugar, o fato do autor contrariar um ponto de vista muito difundido entre nós, isto é, o da oposição entre o setor agrário e o industrial, e um outro defendido pela historiografia estrangeira sobre o Brasil que, influenciada principalmente por informações de viajantes, não se cansa de aludir ao atraso de nossos fazendeiros. Warren Dean, desenvolvendo a idéia de Celso Furtado e aprofundando observações de Richard Morse, mostra nesse excelente capítulo sobre "A burguesia de plantação" todas as facetas das atividades empresariais do fazendeiro de café e sua mentalidade eminentemente capitalista, graças às circunstâncias históricas que encontrou. Chega a afirmar que quase todos os empresários brasileiros vieram da "elite de plantação".

Talvez mais fundamental ainda sejam suas considerações sobre o comércio importador como "matriz econômica" da industrialização paulista, desfazendo, mais uma vez, outro malentendido, qual seja o de que o importador opunha-se à industrialização. Paradoxalmente o autor afirma o contrário e sua demonstração é convincente.

O capítulo mais polêmico parece-nos ser aquele onde se refere ao papel da primeira guerra mundial e adota uma posição revisionista em face à tese de

Roberto Simonsen, tese adotada posteriormente por outros estudiosos da questão, e que se basearam, segundo W. Dean, principalmente nas provas apresentadas por aquele autor. Na parte que me toca, cumpre-me refutar a afirmativa. Simonsen apresenta como fontes primordiais o censo industrial de 1908, e recenseamento de 1920 e, para São Paulo, registos industriais que deve ter obtido na Federação das Indústrias. Como fonte complementares o imposto de consumo e "outros elementos oficiais" como vagamente informa.

Na página de meu livro, citada por W. Dean, utilizei uma fonte da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio de São Paulo, *Comércio de Cabotagem pelo Porto de Santos* (São Paulo, 1928) e comprei as arrecadações provenientes respectivamente dos direitos de importação e dos impostos de consumo, *apud* dois Relatórios apresentados ao Presidente da República por Antônio Carlos Ribeiro de Andrade (1917 e 1918). Além do mais a minha preocupação não era propriamente discutir o papel da primeira guerra mundial no desenvolvimento industrial do Brasil, mas sim que, dadas as circunstâncias, a posição do setor industrial fortaleceu-se politicamente. Uma das provas que apresentei para demonstrar este fato foi sua participação crescente na arrecadação fiscal. Sabemos que os dados fiscais, particularmente os referentes ao do consumo, não são perfeitamente exatos e tendem inevitavelmente a serem subestimados tendo em vista a sonegação usual, o que vem, obviamente, reforçar a argumentação por mim apresentada.

Concordo, até certo ponto, com o autor em não supervalorizar a influência da guerra no desenvolvimento industrial do Brasil, se dermos ao termo "desenvolvimento" as conotações que adquiriu nas últimas décadas com o aparecimento das teorias econômicas a respeito. Acredito, porém, que não eram essas as pretensões de Simonsen ao apresentar seu trabalho pionero. Ao usar a expressão, provavelmente tinha em mente caracterizar apenas o surto industrial da época.

A análise envolve, pois, problemas de conceituação e Warren Dean teve o mérito de chamar nossa atenção para a sua complexidade. Outros aspectos da questão estão a exigir análises cuidadosas para maior elucidação do comportamento da economia brasileira nesta fase crucial do primeiro impulso industrial. Para seu estudo Warren Dean nos traz importantes contribuições que, felizmente, estão agora ao alcance do público brasileiro graças a recente versão de sua obra para o português. — NICIA VILLELA LUZ.

BETHELL, Leslie — *The Abolition of the Brazilian Slave Trade Britain, Brazil and the Slave Trade Questions 1807-1809*. Cambridge, 1970. 425 pp., 2 mapas.

Desde 1965, Leslie Bethell tem publicado artigos relacionados com a questão do tráfico de escravos. Assim, naquele ano, aparece na *English Historical Review*, vol. LXXX, pp. 761-84, "Britain, Portugal and the suppression of the Brazilian slave trade: the origins of Lord Palmerston Act of 1839". No ano seguinte, o *Journal of American History*, vol. VII, pp. 79-93, publica "The mixed commissions of the suppression of the transatlantic slave trade in the nineteenth century". Ambos os artigos já prenunciavam esta magnífica obra onde é analisada a abolição do comércio negreiro no Brasil.

Manuseando farta documentação, o A. estudou detidamente a correspondência trocada entre autoridades brasileiras e inglesas sediadas no Brasil, Inglaterra e África. A bibliografia é ampla e cuidadosa, demonstrando profundo conhecimento das publicações tradicionais e recentes.

Incialmente, o A. adverte que seu objetivo não é a história do tráfico negreiro no Brasil, mas exclusivamente o processo da sua extinção. Para tanto, levanta três questões: